

Preço do mogno pode subir

Inclusão da espécie no Anexo II da Cites deve inibir comércio ilegal

Renata Ferreira
de Belém

A decisão de incluir o mogno (*Swietenia macrophylla*) no Anexo II da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna e da Flora (Cites) trouxe à tona novamente a polêmica em torno da exploração dessa espécie nobre de madeira, abundante na Amazônia, cujo metro cúbico de boa qualidade serrado exporta-se hoje por US\$ 1,2 mil.

A proposta, que foi aprovada este mês, em Santiago, no Chile, pela maioria dos representantes dos países-membros da Cites, deverá vigorar durante cerca de um ano

e poderá provocar um aumento dos preços.

Desde 1998, o Brasil vem se pautando pelo Anexo III, menos rigoroso quanto às regras impostas aos países que comercializam mogno. Mas os planos de manejo, a exploração e o comércio da madeira estão proibidos desde outubro de 2001 por conta de inúmeras denúncias de extração irregular e da pressão de grupos ativistas de proteção à natureza. A moratória do mogno vai até o início do próximo ano, quando

deverão ser criadas novas regras para exploração da espécie.

A inclusão no Anexo II vai trazer para a extração e comercialização do mogno a obrigatoriedade da certificação da origem legal da madeira, emitida por uma autoridade científica. A instituição responsável por esse ato ainda será escolhida pelo governo federal.

Para Evaristo Terezo, consultor florestal da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará (Aimex), a inclu-

são do mogno no Anexo II não vai resolver os problemas.

“A questão é mais profunda. Passa pela preservação da biodiversidade e tentativa de diminuir a pobreza na Amazônia. Caso contrário, as populações pobres da região vão continuar a agredir a natureza com a agricultura migratória, que é a principal causa de ameaça à floresta”, diz.

Continua na página C-4



Evaristo Terezo

MADEIRA

Preço do mogno pode subir

Renata Ferreira de Belém

Continuação da página A-1

Foram os próprios representantes do Brasil que solicitaram, há alguns anos, a inclusão do mogno no Anexo III da Cites, convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) em vigor desde 1975. Essa, aliás, é uma das principais diferenças entre os dois anexos, segundo Paulo Barreto, coordenador administrativo da organização não governamental (ong) Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). "Os representantes dos países que têm voto na Cites é que decidem se determinada espécie em extinção vai entrar ou ficar de fora do Anexo II. Foi isso que aconteceu agora com o mogno. Mas acho que a medida foi importante, porque os controles do Ibama sobre o mogno ainda são um pouco frágeis, além de que dará mais segurança aos importadores que reclamam muito em relação à procedência da madeira", diz Barreto.

Maior controle

Além da obrigatoriedade da certificação e do certificado administrativo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), os especialistas dizem que os importadores terão maior controle sobre a madeira comprada. "Haverá mais rigor nos portos importadores, já que os registros de recebimento serão cruzados com as notas fiscais do país de origem, evitando assim, entre outras coisas, que a carga deixe o porto exportador como se fosse uma espécie livre de restrições à comercialização, mas na verdade é mogno, como ocorre muito hoje", afirma.

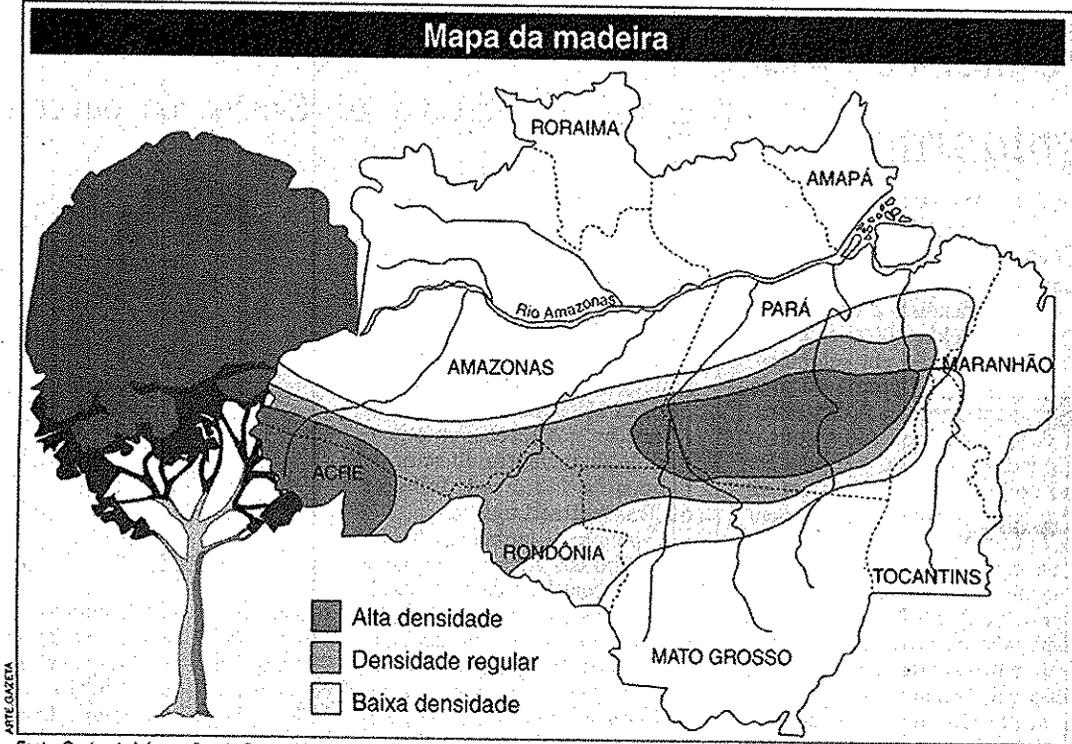
De acordo com Nilo D'Ávila, gerente de campanha do escritório da Amazônia do Greenpeace, somente no mês passado, em Belém (PA), foram apreendidas seis carretas transportando mogno irregular, sendo que três delas tinham nota fiscal de outra espécie de madeira. A ong internacional fez campanha pela inclusão do mogno no Anexo II.

Buraco negro

D'Ávila afirma que os Estados Unidos compraram, nos dois últimos anos, cerca de 75% da produção nacional de mogno e que os principais portos de escoamento são Belém e Paranaguá. Os quatro maiores compradores internacionais, segundo o gerente do Greenpeace, são Aljoma Lumber, Dan K. Moore Lumber, DLH Nordisk e Thompson Mahogany. "Em 2000, 96 empresas mundiais, de 27 países diferentes, importaram mogno da Amazônia. No entanto, não temos dados sobre o mercado consumidor interno. É uma espécie de buraco negro", diz D'Ávila.

Contrariando essa informação, Evaristo Terezo, da Aimex, diz que 60% do mogno extraído na Amazônia vai para São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro e apenas 40% é exportado para o exterior, principalmente para os Estados Unidos.

Na opinião de Terezo, as questões da pobreza e da agricultura regional precisam ser analisadas em conjunto com as medidas de proteção, fiscalização e conservação da espécie. "O mogno está inserido nesse contexto porque ocorre em áreas relativamente férteis. A árvore indica que há terra boa para a agricultura. Os projetos de manejo são o caminho para a conservar a biodiversidade da região", explica.



Fonte: Centro de Informações da Gazeta Mercantil

O consultor florestal não acredita que as empresas que comercializam o mogno poderão fazer uma espécie de cartel, após a implementação do Anexo II, porque são poucos os grupos comerciais hoje que trabalham com mogno, em função da fiscalização estar mais rigorosa. "Atualmente, no Brasil, há 32 empresas que trabalham com mogno. Destas, cerca de 12 estão instaladas na Amazônia", afirma. Terezo acredita, porém, que a vigência do Anexo II poderá provocar a subida do preço do mogno, visto que as empresas exportadoras terão que fazer maiores investimentos técnicos e sociais em sua infra-estrutura para atender às novas exigências da convenção.

Terras indígenas

O consultor florestal contesta também uma outra idéia corrente sobre o mogno: a de que a espécie está em extinção. Segundo Terezo, há 235 milhões de hectares de mogno nativo no mundo, sendo que 150 milhões estão no Brasil - cerca de 49 milhões de hectares, em terras indígenas - uma área 37 vezes maior que da Holanda.

"Temos hoje disponível nas florestas nativas brasileiras algo em torno de 13 milhões de metros cúbicos de mogno. A média comercializada no mundo anualmente é de 150 mil metros cúbicos. Logo, não se pode dizer que o mogno está em extinção", diz.

Além disso, Terezo contabiliza hoje cerca de 300 mil hectares de reflorestamento com mogno, no sudeste asiático, e outros 40 mil hectares, na Amazônia.

Extinção comercial

Outro argumento que Terezo insiste em expor é que a região amazônica produz aproximadamente 25 milhões de metros cúbicos de madeira e que o mogno responde apenas por 0,35% desse volume. Segundo o consultor, de 1999 a 2001, foram comercializados no Brasil 136,2 mil metros cúbicos de mogno em tora. Em 2001, foram exportados 29 mil metros cúbicos de mogno serrado, o que gerou cerca de US\$ 35 milhões. Foi menos que em 2000, quando as exportações chegaram aos 44 mil metros cúbicos, movimentando US\$ 40 milhões. "O que saiu clandestinamente é pouco. A quantidade de mogno apreendida pela fiscalização do Ibama, entre 1999 e 2001, foi de 36.389 metros cúbicos, o que dá uma média de 12 mil metros cúbicos por ano", diz.

Segundo Jimmy Grogan, pesquisador do Imazon, não há que se falar em extinção biológica do mogno, mas em extinção comercial. Ele diz que se essa corrida desenfreada contra o mogno continuar, em 30 anos não haverá árvores que possam ser utilizadas comercialmente, porque estão sendo derrubadas hoje as mais

antigas (matrizes de onde caem as sementes) e as jovens que ainda não atingiram o diâmetro mínimo de corte, com troncos de 55 centímetros de diâmetro.

No ano passado, o Ibama realizou uma série de operações de fiscalização contra a exploração irregular do mogno no sul do Pará, norte do Mato Grosso e fronteira do Acre com o Peru.

Segundo José Leland, gerente executivo do instituto no Amazonas, durante as operações, foram apreendidos 37 mil metros cúbicos de mogno, multadas cerca de 29 empresas e capturados aviões, máquinas pesadas e caminhões.

Cinco mil funcionários

Leland diz que hoje o maior problema do Ibama é a falta de dinheiro para executar as operações e não carência de pessoal na fiscalização. Mas reconhece que o órgão precisaria de mais cinco mil funcionários para fiscalizar com mais eficiência a enorme floresta amazônica.

No entanto, Leland diz que o Ibama buscou uma alternativa para o número reduzido de funcionários fazendo parcerias com outros órgãos. "Hoje, podemos contar a qualquer hora com o pessoal do exército, aeronáutica, polícia federal, rodoviária e ambiental", diz. De acordo com o gerente executivo, o Ibama tem atualmente cerca de 900 pessoas na região Amazônica.

No Pará, manejo preserva matrizes

Pesquisadores, empresários e funcionários de órgãos públicos que lidam com a questão do mogno são unânimes em afirmar que o caminho para resolver a exploração desordenada da espécie, possibilitando o desenvolvimento sustentável da Amazônia, é o plano de manejo, que permite a derrubada de árvores adultas em florestas nativas, preservando as matrizes geradoras de sementes. O empresário João Carlos Malinski, diretor da Semasa - Serraria Marajoara Ltda, com sede em Belém (PA), entende que essa era a solução para o mogno em 1994, ano em que implantou um projeto de manejo numa área de 10,6 mil hectares no município paraense de Altamira.

Malinski diz que 90% do plano já foi explorado, mas que a área continua apta para extração. No entanto, atualmente, em função da moratória do mogno, o plano está suspenso. Há cerca de 15 anos, conta o empresário, 100% da pro-

dução de sua fábrica era de mogno. Hoje, a espécie representa apenas entre 15% e 20% do volume produzido e exportado, de 10 a 12 mil metros cúbicos por ano de diversas madeiras. "Diminuiu muito o mercado consumidor do mogno em virtude da fiscalização ter se tornado mais severa. Os importadores voltaram-se para outros mercados fornecedores como Peru, Bolívia e África ou procuraram outras espécies para substituir o mogno, como o cedro, a andiroba e o caia africano", diz. Segundo o empresário, as regras para extração devem ser obedecidas, mas há uma política das ongs e dos países do sudeste asiático - que estão plantando e começando a exportar mogno - para dificultar a comercialização do mogno brasileiro.

O plano de manejo de mogno da Semasa envolve um engenheiro florestal e mais quatro funcionários que trabalham cerca de quatro meses por ano, durante o verão.

A cota de retirada da madeira é determinada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Desenvolver um plano de manejo, porém, é um investimento alto. Antes de tudo, é preciso fazer um inventário das árvores da floresta que será trabalhada. Somente essa etapa consome tempo, pessoal especializado e equipamentos apropriados. Segundo Evaristo Terezo, consultor florestal da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará (Aimex), um plano de manejo hoje custa R\$ 70 por hectare.

Malinski considera que o manejo e o monitoramento via satélite das cargas de madeira em fase de implantação pelo Ibama, neste ano, são as alternativas para o controle e a extração racional do mogno na Amazônia.

(R.F.)